

«AS MULHERES TENTAM COMPENSAR. O VERBO ‘COMPENSAR’ É TERRÍVEL, NÃO É?» GÉNERO E JORNALISMO EM TEMPOS DE MUDANÇA

Maria João Silveirinha e Rita Basílio de Simões

FLUC, CIMJ, Universidade de Coimbra, Portugal
FLUC, CEIS20, Universidade de Coimbra, Portugal

Resumo

O jornalismo encontra-se hoje num momento de grandes transformações. Em particular, a revolução digital provocou mudanças profundas na forma como as notícias são produzidas e consumidas, assim como na própria identidade profissional. Trata-se, além disso, de transformações que parecem penalizar as profissionais mulheres, perpetuando desigualdades de género. Neste trabalho, concentramo-nos precisamente no modo como essas transformações se relacionam com o género, procurando saber de que modo são vividas e explicadas dentro das redações. Com esse intuito, apresentamos um conjunto de dados empíricos, recolhidos de entrevistas em profundidade, que analisamos mediante o quadro interpretativo da sociofenomenologia e do olhar feminista sobre ela.

Palavras-chave: Género, redação jornalística, jornalismo, sociofenomenologia.

Abstract

«Women try to compensate. The verb ‘compensate’ is terrible, isn’t it?» Gender and journalism in times of change

Nowadays, journalism is under major changes. In particular, the digital revolution has brought profound changes in the way news is produced and consumed, as well as in the professional identity. It is, moreover, transformations that seem to penalize female professional, perpetuating gender inequalities. In this paper, we focus precisely on how these changes relate to gender, seeking to know how they are experienced and explained in newsrooms. To that end, we present a set of empirical data gathered from in-depth interviews that are framed by the interpretative framework of socio phenomenology and its feminist approach.

Keywords: Gender, newsroom, journalism, socio-phenomenology.

Resumen

«Las mujeres intentan compensar. El verbo ‘compensar’ es terrible, ¿verdad?» Género y periodismo en tiempos de cambio

El periodismo es hoy sujeto a grandes cambios. En particular, la revolución digital ha dado lugar a cambios profundos en la manera como las noticias se producen y consumen, así como en la identidad profesional. Se trata además de transformaciones que parecen penalizar a las mujeres profesionales, perpetuando las desigualdades de género. En este trabajo, nos centramos precisamente en cómo estos cambios se relacionan con el género, buscando conocer la forma en que se experimentan y se explican en las salas de redacción. A tal fin, se presenta un conjunto de datos empíricos recogidos de entrevistas en profundidad que están enmarcados por el marco interpretativo de la fenomenología y su enfoque feminista.

Palabras-clave: Género, redacción periodística, periodismo, socio-fenomenología.

1. Introdução

Nas últimas décadas, o jornalismo mudou e o lugar das mulheres no trabalho também. Estas duas mudanças nem sempre correram, no entanto, no mesmo sentido. Na verdade, é hoje amplamente reconhecido, tanto pela academia como pelos/as seus/suas profissionais, que o jornalismo se encontra num momento de grandes transformações. Estas alterações compreendem diversos fatores, mas podem ser resumidas em grandes traços (Dickinson *et al.*, 2013; Deuze e Fortunati, 2011). O primeiro deles decorre do facto de os anunciantes terem desviado os investimentos para os *media* digitais, reduzindo-os fortemente nas publicações impressas. Paralelamente, os jornais foram perdendo os seus públicos. Para se manterem competitivas, muitas organizações noticiosas passaram a constituir-se como plataformas convergentes, fornecendo conteúdos em contínuo. Além disso, a introdução das novas tecnologias veio implicar a redução de custos em diversas áreas, incluindo na contratação de profissionais.

Todas estas alterações, que podemos traduzir na expressão «revolução digital no jornalismo», provocaram profundas mutações, não apenas na forma como as notícias são produzidas e consumidas, como também na própria identidade do jornalismo.

Simultaneamente, as mulheres também alteraram os seus níveis gerais de educação e o seu acesso às profissões, incluindo, e de forma notória, ao jornalismo (Subtil, [2000] 2009). Contudo, tal como a investigação tem demonstrado, não só o seu acesso hierárquico continua a ser difícil, como as últimas transformações do jornalismo parecem penalizá-las, perpetuando as desigualdades de género na profissão.

A investigação sobre questões de género no trabalho das redações tem sido desenvolvida em vários países (por exemplo, North, 2009a, 2009b; Byerly, 2013). No entanto, é importante continuar a estudar as peculiaridades dos contextos locais, produzindo pesquisa empírica que possa trazer explicações relevantes sobre as mudanças nas culturas organizacionais, uma compreensão diferenciada das diversas dimensões de género e um quadro conceptual detalhado que permita analisar as práticas profissionais e os dados que mostram a manutenção da desigualdade de género no acesso ao espaço público (Lobo e Cabecinhas, 2010).

A análise das práticas profissionais encontra na fenomenologia um quadro teórico especialmente rico para compreender como os/as profissionais fazem sentido de si, dos outros e dos acontecimentos que relatam (Correia, 2004). Nesse sentido, constitui uma valiosa contribuição teórica e analítica para estudar as identidades de género no jornalismo. É, pois, nela que baseamos o trabalho que aqui apresentamos e que integra um projeto de investigação sobre as redações jornalísticas portuguesas, que procura perceber de que modo as/os jornalistas interpretam, em termos de género, a sua experiência e

vida profissional e de que forma essas experiências podem dar forma ao seu trabalho¹.

No que se segue, concentrar-nos-emos num aspeto específico das nossas indagações: aquele que se refere ao modo como as mudanças na indústria noticiosa se relacionam com o género. Neste aspeto específico, colocámos as seguintes perguntas: (a) Quais as mudanças na indústria noticiosa que são identificadas por quem está na profissão? (b) Essas mudanças têm género? (c) Como são elas entendidas e experienciadas por jornalistas do sexo feminino e do sexo masculino? (d) Que significados de género emergem nas experiências de mudança?

Para responder a estas questões, começamos por referenciar a literatura existente e o quadro epistemológico que nos orienta, bem como a metodologia seguida; por fim, passamos à análise dos dados empíricos.

2. O estudo do jornalismo como experiência profissional genderizada

A investigação sobre género e jornalismo é já vasta e inclui trabalhos sobre diferentes perspetivas e contextos (ver, por exemplo, Byerly, 2013; Chambers, Steiner e Fleming, 2004; de Bruin e Ross, 2004; Gallagher, 1995; Gallego, 2002; Lobo e Cabecinhas 2010; Lobo *et al.*, 2015; Miranda, 2014; Ross, 2001; Steiner, 1998; Tsui e Lee, 2012; Van Zoonen, 1998). No seu conjunto, estas investigações «interpretam o comportamento de homens e mulheres jornalistas nas organizações mediáticas como resultado de práticas e interação numa cultura em que o género é um importante ‘dado’» (de Bruin e Ross, 2004: viii).

Este «importante dado» manifesta-se, nomeadamente, na sua situação no mundo profissional. No caso português, os dados estatísticos sobre a profissão de jornalista mostram que, após a década de 1970, as redações sofreram uma reconfiguração de género. Progressivamente, o jornalismo deixou de ser uma «profissão de homens» (Sobreira, 2003), assistindo-se a um crescente processo de feminização (Subtil [2000] 2009; Rebelo, 2011; Ventura, 2012). O reconhecido aumento do crescimento da participação feminina nas redações não corresponde, no entanto, a uma recomposição sexual das estruturas diretivas dos meios de comunicação. De acordo com Subtil ([2000] 2009), as redações são marcadas pela desigualdade de mulheres e homens em cargos de tomada de decisão e liderança. Além disso, a extensão da desigualdade não se faz sentir apenas no acesso e nos tetos de vidro. João Miranda (2014) mostra que, à semelhança do panorama nacional de outras profissões, no jornalismo, existe uma maior exposição feminina a condições de precariedade e instabilidade profissional.

Este quadro geral da desigualdade deve também ser pensado à luz das transformações na profissão, como as que atrás referimos, e que, em termos de

¹ Este artigo foi produzido com o apoio da FCT no âmbito do projeto «Género e Produção Noticiosa» (PTDC/IVC-COM/4881/2012).

género, ecoam as previsões distópicas sobre algum potencial emancipatório que as novas formas mediáticas poderiam trazer às mulheres, feitas há mais de uma década por Chambers, Steiner e Fleming (2004: 240):

Este será improvável, dada a concentração de propriedade e o controlo dos meios de comunicação que pode piorar devido às restrições sobre as práticas de emprego e estatuto profissional, reforçando, assim, a comercialização e a sexualização de conteúdos do jornalismo. As mulheres jornalistas não devem considerar as novas tecnologias mediáticas como uma panaceia.

A problemática do género no jornalismo está, em todo o caso, longe de se esgotar na presença de mulheres nas salas de redação. A investigação das dinâmicas entre o género e as estruturas e culturas organizacionais contempla, nomeadamente, o estudo da «cultura da sala de redação», nas suas implicações para as práticas profissionais (por exemplo, Steiner, 1998; Van Zoonen, 1998; Melin, 2008), bem como o estudo da complexa relação entre identidades de género, organizacionais e profissionais.

A este respeito, De Bruin (2004) entende a experiência profissional no jornalismo como o resultado do complexo formado pela identidade profissional, organizacional e de género. Esta última refere-se às formas pelas quais a feminilidade e a masculinidade são construídas e mantidas pelos membros da organização (mediática), «através da sua articulação com as estruturas organizacionais, culturas e práticas» (De Bruin, 2004: 4). A autora observa que a identificação de género nas redações é muito frequentemente marcada pela desigualdade e, na sua sobreposição às desiguais identidades organizacionais, pode criar poderosos impasses para as mulheres que procuram estratégias identitárias como saída. Por exemplo, a identidade profissional é muitas vezes usada pelas mulheres como proteção na desigual cultura masculina da sala de redação. Essa proteção não é absoluta, uma vez que ainda tem de ser reconhecida por outros atores, o que pode ser difícil em organizações onde as identidades de género coincidem, em grande medida, com a cultura masculina (De Bruin, 2004: 14).

Outros estudos sublinham a base masculina do poder no jornalismo e procuram as estratégias identitárias que as mulheres jornalistas adotam nestes contextos. Monika Djerf-Pierre, por exemplo, tendo por base Toril Moi, para quem o género é uma forma de capital simbólico com diferentes valores em diferentes campos, investiga a seguinte possibilidade: «onde a feminilidade tem um valor simbólico, uma mulher pode ‘compensar’ esse sinal negativo adquirindo outras formas de capital: profissional, cultural, económico ou social» (Djerf-Pierre, 2011: 97). A sua revisão histórica do caso sueco mostra como a aquisição desse capital foi sendo feita pelas jornalistas através de diferentes estratégias. Na estratégia competitiva, as mulheres jornalistas, diferentemente dos seus colegas, tiveram necessidade de adquirir mais dos tipos de capital valorizados no campo – educação, contatos, ou redes pessoais – e de incorporar a cultural profissional masculina.

A estratégia de especialização significou usar um capital especificamente feminino, a exemplo da especialização em temas e formatos particularmente apelativos para as mulheres, como as revistas e os suplementos femininos dos jornais. Por fim, a estratégia da expansão significou encontrar aberturas no espaço jornalístico.

Na mesma linha, Melin (2008) verificou que as mulheres jornalistas britânicas e suecas lutavam pela legitimidade dentro de hierarquias masculinas muito marcadas, utilizando diversas táticas. Para se manterem na profissão as mulheres ou adotam o olhar masculino da cultura da sala de redação ou dependem do seu capital feminino como um ativo.

Recorrendo a entrevistas em profundidade com homens e mulheres jornalistas da imprensa australiana, Louise North (2009a; 2009b), por seu lado, procurou investigar como o gênero molda a cultura da redação a partir da análise do modo como as mudanças na indústria mediática eram avaliadas. A autora mostrou que, em geral, as/os jornalistas estão sujeitas/os a um «aumento da pressão no local de trabalho e têm uma atitude cada vez mais cínica face à sua profissão» (North, 2009a: 103), nomeadamente pelos efeitos de fatores como a globalização e as lógicas neoliberais no campo dos *media* ou a presença crescente da tecnologia. Estudou, assim, a intensificação das práticas de trabalho, o efeito da tecnologia nas práticas profissionais e a mudança de conteúdos, mostrando que existe uma consciência generalizada destas mudanças, mas que os seus efeitos «têm diferentes resultados para mulheres e homens jornalistas» (North, 2009a: 130).

Estes diferentes estudos evidenciam também que os processos de mudança ocorrem dentro de uma «redefinição das notícias ditada pelo mercado, despolitizada e pós-feminista» (Chambers *et al.*, 2004: 12). Além disso, tendem a privilegiar dados contextuais qualitativos. No nosso trabalho, esses dados são enquadrados por uma abordagem fenomenológica à constituição do significado e da experiência do gênero no campo da profissão jornalística, como passaremos a explicar.

3. A fenomenologia como quadro interpretativo do jornalismo

Uma forma de aprofundar os números de que a investigação sobre as mulheres no jornalismo nos dá conta é procurar obter descrições abrangentes das/dos próprias/os profissionais sobre a experiência de gênero na sua vivência e no quotidiano da sua profissão, de modo a constituir uma base de explicação das desigualdades assente nos significados que as questões de gênero têm para si, ao nível individual e profissional.

O trabalho de João Carlos Correia (2004) sobre a fenomenologia schutziana como uma estrutura filosófica para estudar o Jornalismo é particularmente inspirador para a nossa investigação. Com efeito, é a partir dele que chegamos à abordagem fenomenológica ao modo como as/os profissionais vivem, percebem, pensam e fazem sentido das suas experiências, tendo como ponto de partida as suas próprias narrativas e expressões.

De um modo amplo, a fenomenologia centra-se nas experiências vividas dos indivíduos e das suas interações, nomeadamente com o ambiente profissional (Moustakas, 1994; Fisher, 2010). O conceito de «mundo da vida» [Lebenswelt] (Schütz, 1962, 1964; Husserl, 1982 [1913]) é central na fenomenologia e refere-se às experiências quotidianas que nos são familiares como seres humanos e constituem a base para o modo como percebemos, interpretamos e agimos no mundo em que nos encontramos.

O olhar fenomenológico de João Carlos Correia (2004) procura compreender a produção dos significados e o conhecimento comum presente no jornalismo, visão que encontra em Schütz uma base de inspiração que adotamos também para nós.

Para Alfred Schütz (1962), o conhecimento sobre o mundo emerge da construção intersubjetiva e pressupõe realidades múltiplas, tais como a vida quotidiana, a dos sonhos, das artes ou da ciência. O mundo da vida quotidiana fornece aos seres humanos «objetos» que já estão culturalmente carregados de significado e são definidos pela sociedade. O mundo da vida é organizado por «padrões culturais da vida em grupo» (Schütz, 1964: 92) e os objetos que integram o ambiente histórico dos indivíduos levam-nos a construir «tipificações» dos outros e do mundo que servem para os orientar e para se situarem (Schütz, 1970).

Para João Carlos Correia (2004), Schütz prestou especial atenção à comunicação, intersubjetividade e sociabilidade, que são de particular interesse para os estudos de comunicação e dos *media*. O autor realça, em particular, o conceito schutziano de *relevância*, um sistema que explica a seletividade na experiência e na constituição de certas seleções como «relevantes» para um indivíduo, grupo ou sistema social. A relevância é igualmente fundamental para o jornalismo e também explica as suas seleções como um sistema que opera dentro da sua comunidade, determinando que fatos, pessoas, eventos ou versão da realidade são de interesse jornalístico.

Outro conceito importante da fenomenologia schutziana a que Correia (2004) recorre é o de «atitude natural» (Schütz, 1970), que engloba uma certeza sobre o mundo como independente das nossas subjetividades e como compreensões tidas como adquiridas do mundo quotidiano. Esta atitude é fundada sobre a suspensão de qualquer dúvida e a sua orientação pragmática é o que permite aos/às agentes reproduzir as condições da sua realidade e garantir a manutenção da ordem social. Na opinião do autor, os jornalistas são um tipo de profissionais da atitude natural nos termos da fenomenologia social. Isto é particularmente importante se considerarmos que o mundo «natural», em termos de género, surge como uma tal tipificação por parte dos/as jornalistas.

Estes conceitos e interpretações da sociofenomenologia, combinados com uma preocupação feminista com as questões que envolvem a desigualdade de género no jornalismo em geral, e na sala de redação em particular, constituem, portanto, no nosso próprio trabalho, diretrizes conceptuais importantes, não ape-

nas no desenho da metodologia utilizada, mas também como ferramentas analíticas dessa mesma metodologia.

4. Metodologia

Referindo-se à pesquisa fenomenológica em psicologia, Hein e Austin (2001: 2) lembram-nos que não há uma só forma de levar a cabo este tipo de investigação, uma vez que «o método específico usado depende, em grande medida, dos efeitos do/a investigador/a, das suas capacidades e talentos específicos, bem como da natureza da pergunta de investigação e dos dados coletados».

Para desenvolver o trabalho que aqui nos ocupa, optámos por constituir uma amostragem intencional para seleção de indivíduos do sexo feminino e masculino, com experiência do jornalismo, em diversos meios informativos (rádio, televisão e imprensa). Foram feitas 18 entrevistas em profundidade de cerca de uma hora e meia a jornalistas (11 mulheres e 7 homens), em fases diferenciadas da vida e com diferentes papéis no seio das redações. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas.

O processo analítico que se seguiu passou pelo tratamento dos dados através do software NVivo 10, tendo em mente a abordagem fenomenológica, que implica sempre uma especial atenção nas ambiguidades e subtilezas do significado interpretativo, neste caso, nas formas como as/os profissionais dão sentido às mudanças na indústria como uma experiência de género socialmente situada.

Durante o primeiro nível de codificação, os dados foram lidos e «reduzidos» (Huberman e Miles, 2002) em categorias emergentes. A categoria «Avaliação das mudanças na profissão» permitiu-nos organizar as explicações e as experiências relatadas pelas/os nossas/os entrevistadas/os. A leitura dos sentidos experienciais das mudanças procurou também identificar mais especificamente a identidade de género na profissão, pelo que da leitura emergiu: uma subcategoria designada por «efeitos partilhados» que reunia a identificação de um conjunto de experiências e explicações partilhadas, não revelando, de modo visível, diferenças de género; uma segunda subcategoria designada por «efeitos diferenciados» relativa ao conjunto de significados das mudanças na profissão onde são perceptíveis efeitos diferenciados nos/nas profissionais, em termos de género. De seguida, procedemos à análise desses dados.

5. Avaliação das mudanças na profissão

5.1 *Mudanças na profissão: efeitos partilhados*

De entre os sentidos atribuídos às experiências das mudanças na profissão que recolhemos, foi possível identificar um conjunto de sentidos experienciais

relativos aos efeitos sistémicos das mudanças na indústria, que são partilhados por homens e mulheres, tocando a intensificação das práticas de trabalho, as mudanças no ambiente, a corrida contra o tempo e as estratégias e abordagens superficiais.

Na verdade, uma das questões mais evidentes nas nossas entrevistas é a noção de que, por causa dos cortes de recursos humanos e materiais, os/as jornalistas trabalham mais do que há uma década: fazem mais peças por dia, têm de estar preparados/as para escrever histórias de todas as áreas e substituir colegas, quando há imprevistos. Como afirma um dos nossos entrevistados:

Há contingências muito fortes em termos económicos, isso é inegável e, portanto, nós temos que fazer hoje melhor ou pelo menos tão bem com muito menos dinheiro. E quando falo em muito menos dinheiro pode ser menos de metade do dinheiro (Jorge, Diretor-executivo, 43 anos)².

Ou como refere um editor:

Eu hoje fiz o [noticiário] com três jornalistas na redação. Nunca fiz o [noticiário] com tão pouca gente. Três jornalistas na redação! Para ficar bem gravado (João, Editor-executivo, 44 anos).

Estas condicionantes macroestruturais têm vindo a fazer-se sentir desde os anos 90 (Bromley, 1997) e traduzem-se numa crescente precarização no interior da profissão, identificada com clareza pelos/as entrevistados/as. Mas estas mudanças passam também pela perceção do papel mais interventivo dos públicos, papel esse que pode pôr em causa a própria identidade jornalística:

Neste momento, Portugal é um país sem jornalistas. Parece-me que a principal mudança foi que o jornalismo deixou de ser o guardião da informação, porque muita gente tem acesso a diferentes formas de informação e pode divulgá-la na Internet, não sendo precisa a figura do jornalista (Lúcia, Jornalista, 24 anos).

O resultado destas mudanças é a intensificação do trabalho, que afeta quem fica na profissão, como é aqui referido. E quem fica na profissão, independentemente do seu sexo, partilha os custos desta intensificação. Trata-se, portanto, de um dos impactos das mudanças na profissão, cujo sentido é partilhado por profissionais de ambos os sexos.

Um ambiente laboral dominado pela forte desmotivação é outro dos impactos identificados. Como referem duas das nossas entrevistadas:

² De forma a proteger a identidade dos entrevistados/as, os nomes indicados nos excertos são fictícios.

O ambiente está mais pesado, há mais... Somos menos, houve um despedimento coletivo precisamente na mudança de... de instalações em que ficamos quase sem cerca de quarenta pessoas e isso obviamente mudou, não só o número de recursos humanos disponíveis mas como a nossa... O próprio ambiente de trabalho agravado (Inês, Jornalista, 27 anos).

Não vê à frente um horizonte que te permita dizer que isto vai melhorar. E isto é que é o mais problemático, até para pessoas como eu e outras, que são mais motivadas, mais otimistas, mais pró-ativas, toda essa gente está cansada, devido a uma ausência de perspectivas. Não há gente, e depois não há resposta para isto. (Luísa, Jornalista, 39 anos).

Uma outra faceta das transformações partilhadas é a necessidade de lidar com novos ritmos temporais. Com efeito, os novos canais temáticos e o online obrigam a que as redações produzam constantemente notícias «ao minuto», fazendo desaparecer a tradicional «hora de fecho». Estas mudanças implicaram uma reorganização profunda das rotinas produtivas, incluindo, nomeadamente, um encurtamento do tempo disponível:

A partir do momento em que se impõe esta velocidade que não se impunha antes, ou seja, esta coisa de se uma coisa acontece agora, nós vamos ter de noticiar agora porque, se não, outros, um jornal, uma televisão ou uma rádio também vão noticiar (...) a instantaneidade fechou por completo o espaço à reflexão, à ponderação (...). Não há espaço para reflexão crítica e eu acho a internet... com a Internet, ainda menos espaço há porque pede-se ainda mais velocidade do que se pedia antes. (Rui, Jornalista, 36 anos).

A nova imediatividade implica, portanto, também uma maior debilidade no tempo disponível para a ponderação das realidades sobre as quais se escreve.

5.2. Mudanças na profissão: efeitos diferenciados

É, portanto, muito clara a partilha, entre mulheres e homens jornalistas, de uma «realidade» fenomenológica vivida como um ambiente estrutural em profunda mudança, que afeta a profissão no seu conjunto. No entanto, quando começamos a questionar as interpretações dos efeitos sistémicos vividos por cada um/a dos/as profissionais, vemos emergir as nuances, as tipificações e as ambivalências da construção da identidade de género na profissão.

Expostos os condicionalismos estruturais partilhados por homens e mulheres, importava saber se elementos identitários, como o género ou a idade, poderiam emergir nas narrativas experienciais que escutávamos, pelo que colocámos a pergunta: «Acha que essas mudanças afetam mais os mais novos ou os mais

velhos, os homens ou as mulheres?». E as respostas vieram mais claramente no sentido da idade:

A idade sim. À partida, diria que os mais jovens são mais afetados e sobrecarregados, porque não têm uma posição definida e são vistos como mais disponíveis; acabam por fazer trabalhos que anteriormente eram feitos por jornalistas com 10 anos de jornalismo. O facto de haver despedimentos acaba por afetar muito todos, mas os mais novos são aqueles que acabam por ter um maior acréscimo de carga de trabalho.

Afetará certamente os jornalistas mais novos que quando chegam a uma redação têm naturalmente menos poder e menos capacidade de intervenção junto das hierarquias. Tem que se adaptar rápido, tem que mostrar que... Portanto, a questão da idade é uma questão que faz muita diferença nesta transformação. (Daniel, Jornalista, 25 anos).

Já os termos da diferenciação de género tendem a ser diluídos:

Acho que [a mudança] é transversal. Pensando no meu órgão de comunicação social, não noto grande diferença, acho que acaba por afetar tanto homens como mulheres. (Vera, Jornalista, 37 anos).

Esta tendência não é surpreendente num quadro de compreensão da experiência jornalística como imune à influência do contexto envolvente, além de servir a crença hegemónica de que a igualdade entre homens e mulheres foi genericamente alcançada. Em termos fenomenológicos, o género é definido e experienciado como algo «natural», devidamente «tipificado» numa ocupação que se revê como aberta e profissional:

Uma mulher tem as mesmas hipóteses que um homem, pode ser melhor que um homem, um homem pode ser melhor que uma mulher... Eu, sinceramente, acho que aqui [a redação] é o sítio ideal para se perceber que não há essas diferenças. O género não conta, o que interessa é que o trabalho seja bem feito. (Jorge, Editor-Executivo, 43 anos).

Nos poucos casos em que se reconhece que as mudanças podem afetar a cultura humana da redação de modo diferenciado, encontramos a definição do problema como uma questão que surge como tendo por base um sistema de diferenças de género naturalizadas e pré-existentes. Como refere uma jornalista:

Não, eu acho que não, porque essas diferenças existem, mas não por causa desta mudança, as diferenças já lá estão. São as diferenças que existem entre homens e mulheres numa redação. (Lúcia, Jornalista, 24 anos).

Para alguns dos entrevistados do sexo masculino, o princípio da justiça meritocrática governa com propriedade a vida na redação. Nas palavras de um destes profissionais, este ideal é, no entanto, implicitamente diferenciado e naturalizado, fazendo parte de uma «atitude natural» fenomenológica em que as mulheres, e não os homens, podem ter «uma condicionante de horário»:

Eu não distingo homens de mulheres do ponto de vista da qualidade profissional, não consigo fazer essa distinção. Se eu tiver uma mulher que seja boa jornalista a executar uma determinada tarefa, é ela que vai fazer aquela tarefa, a menos que tenha uma condicionante de horário e que não possa ir. Se eu tiver um homem que seja melhor a fazer aquela tarefa, é ele que vai fazer aquela tarefa. Ponto. Eu não faço esse tipo de distinção. (Abel, Editor-Chefe, 40 anos).

Esta «naturalização» configura também o próprio trabalho jornalístico. Como está bem documentado (van Zoonen, 1998; Djerf-Pierre, 2011; Gallego, 2002; North, 2009; Byerly, 2013), a ideologia profissional, expressa em rotinas organizacionais, política editorial e relações com as fontes, estabelece que o jornalismo não pode promover interesses, experiências ou valores específicos e, nesse sentido, será neutral ao género.

Outra dimensão da mudança da indústria abordada foi a chamada feminização da profissão. Como referem, respetivamente, um editor sénior e uma sua colega:

Partindo da Direção, que é o topo da hierarquia, e do conselho de administração (...) até à direção da informação, são três mulheres e dois homens ... [relativamente à] estrutura de coordenação, não te sei dizer números, não os contei, mas era uma questão de os contar, mas tenho a certeza que a maioria são mulheres. (Abel, Editor-Chefe, 40 anos).

Honestamente acho que é indiferenciado... Nós... A nossa redação é mais constituída por homens do que por mulheres, mas acho que esse... esse acompanhar constante é indiferenciado. (Maria, Jornalista, 26 anos).

Já quando é solicitada uma avaliação do fato de as mulheres terem tido crescimento numérico na redação, mas não em posições de liderança, as respostas expõem as contradições que o ideal meritocrático esconde:

Há um histórico desses lugares de chefia serem, sobretudo, entregues a homens, sendo que são os homens que geralmente, dentro desse histórico, decidem quem é que são os próximos, ... portanto, eu acho que se mantêm sendo homens porque os homens que decidem têm uma cultura, eventualmente, masculinizante. (José, Diretor, 31 anos).

Na verdade, embora homens e mulheres tendam a naturalizar as diferenças de género, as mulheres têm maior tendência a expressar a forma como as experiências privadas se relacionam com a dinâmica organizacional da sala de redação, incluindo a distribuição de trabalho.

Eu acho que na prática existem diferenças sempre que há uma questão de conjugação com a vida familiar, portanto eu não tenho filhos, mas noto que nas minhas colegas que tem filhos... Ah... As decisões são mais... Mais complicadas... Ah... Portanto, comparando estas incertezas, estas instabilidades e tenho várias colegas que ponderam qual é a melhor altura, por exemplo, para ter... Para ter um filho. (Inês, Jornalista, 27 anos).

E, nas palavras de outras duas jornalistas:

Numa redação em que as coisas são em geral da parte da tarde, em geral, não se olha para um homem jornalista como sendo um homem que tem esses problemas com a família e que tem de ir buscar o filho. Mas também porque são as mulheres que pedem mais horários de manhã, os homens também utilizam pouco essa posição, percebes o que eu quero dizer. Há um lado de preconceito mas por outro lado há uma visão condicionada muitas vezes por uma prática real. Agora, eu considero que é uma perspetiva importante, mas acho que há pouca sensibilidade para esse lado. (Luísa, Jornalista, 39 anos).

Na verdade, eu tenho muito apoio familiar portanto não me posso queixar. O que acontece é que... Por exemplo, nós temos muitos casos de mães solteiras. Temos alguns casos de mães solteiras aqui e isto é um problema. Porque elas estão sozinhas e, como geralmente é a mãe que fica com a guarda das crianças, quando tu me perguntas quem é que sai mais prejudicado, neste caso é a mulher. (Rosa, Editora, 51 anos).

Algumas jornalistas são mesmo bastante mais explícitas no que toca à sua experiência (direta ou indireta) da desigualdade de género atravessada pelas questões da conciliação, como revelam os seguintes excertos:

Um homem para chegar a um cargo basta ser razoável; a mulher tem de ser extraordinária. Isso depois repercute-se ao longo de toda a carreira e muitas vezes as mulheres não estão para isso, porque não é um objetivo em si mesmo. (Sofia, Diretora, 45 anos).

Acho que é muito mais fácil para um homem aceder a lugares de chefia. Acho também que o acesso a lugares de chefia implica à partida um carreirismo, digamos assim, ou uma dedicação muito grande ao trabalho, no sentido da disponibilidade. Há uma fase da vida, em que sobretudo as mulheres, que têm filhos, não podem compatibilizar isso. (Luísa, Jornalista, 39 anos).

Há colegas nossas, mulheres, que tiveram que pôr a carreira um bocadinho em standby e, muitas vezes, o significado de pôr a carreira em standby é depois já não apanharem o comboio, não é? Porque tiveram de dar a prioridade aos filhos porque não tinham apoio familiar. Isso aconteceu com alguma frequência. (Laura, Editora-executiva, 44 anos).

Neste cenário, elas...

Tentam compensar. O que é terrível, o verbo 'compensar', não é? A utilização desse verbo é terrível porque elas fazem o horário delas, fazem o trabalho delas, não podem é ir para além disso e se fosse um trabalho com um horário fixo, isto era uma coisa perfeitamente possível, aqui é muito difícil, não é? Porque tu não sabes quando é que vais precisar das pessoas. (Laura, Editora-executiva, 44 anos).

Recordamos aqui as estratégias de valorização de alguns tipos de capital a que se referia Monika Djerf-Pierre (2011). A última entrevistada usa, precisamente, o termo «compensar» para se referir a estratégias de valorização do capital profissional a que as mulheres recorrem (tornando-se «extraordinárias» ou lidando com o peso dos horários), porque o capital de género é desvalorizado. Para valorizarem as suas identidades de género, necessitariam de «colocar as carreiras em standby». Na verdade, em geral, para as entrevistadas do sexo feminino, a sua falta de representação em posições de autoridade, apesar da crescente feminização profissional, é vista principalmente como um problema para as mulheres. Um problema que, ainda assim, não é sempre abertamente percebido como distribuição desigual do poder discursivo de falar e construir o mundo, mas que pode conter uma alusão à experiência das próprias mudanças da profissão:

O problema é que nas redações os jornalistas começaram a fazer o trabalho de três. (...) Penso que isso tornou a constituição de família muito difícil! (Lúcia, Jornalista, 24 anos).

Não é só a questão de género é também a brutalidade do mercado. Mas, obviamente, que eu acho que para as mulheres é muito mais complicado gerir isso. (Sara, Jornalista, 31 anos).

6. Conclusões

O trabalho de auscultação das experiências e convicções de um grupo de jornalistas, através de entrevistas em profundidade, realizadas em função de um quadro de abordagem que procurou, essencialmente, compreender as dimensões de género numa profissão em profunda mudança, produziu resultados que apontam para novas pistas na avaliação de como as mudanças na sala de redação têm, efetivamente, género, ou seja, são *genderizadas*.

Tal como acontece na investigação de North (2009b) sobre as mudanças na profissão, vemos que elas são sentidas na generalidade do corpo profissional entrevistado, sendo a tecnologia digital algo que dita a forma como o trabalho é feito, que modifica a natureza do conteúdo das notícias, a estrutura e a organização da indústria.

O grande número de mudanças que ocorreu nos sistemas mediáticos tem uma natureza macroestrutural e é partilhado por homens e mulheres, mas produz também efeitos ao nível da identidade de género. As opiniões das/os nossas/os entrevistadas/os sobre as implicações práticas das questões de conciliação trabalho/família, por exemplo, dão a ver a cultura dominante do sexo masculino na redação e os dilemas que as mulheres enfrentam. Elas têm de «compensar» e equilibrar as suas identidades de género, organizacionais e profissionais.

Os processos identitários produzem também, por vezes, uma ambivalência sobre o significado do género para as vidas profissionais no jornalismo. Como encontramos em outras pesquisas sobre género na redação (North, 2009a e 2009b; Van Zoonen, 1998; Steiner, 1998;), também na nossa investigação as/os jornalistas tendem a enfatizar ideais meritocráticos, negando que as suas experiências de género moldem o modo como veem e relatam o mundo. No entanto, essa negação não se encerra sobre si mesma e, seguindo as ideias de Jill Langermann e Patricia Niebrugge (1995), bem como de João Carlos Correia (2004), encontramos na abordagem da fenomenologia pistas importantes para compreender a naturalização das diferenças de género. As «tipificações» de género, por exemplo, são formas de lidar com as experiências da vida quotidiana e são parte da «atitude natural» que não questiona o género como uma construção, nem mesmo em tempos de mudança.

Além disso, ainda que a teoria feminista localize as fontes de dominação em processos macroestruturais, também dá importância à dominação nas relações entre indivíduos que, como agentes ativos, reproduzem ou desafiam as configurações sociais de exploração e de poder desigual. As mulheres jornalistas, tal como os seus colegas, tendem a expressar uma visão profissional «neutra» relativamente ao género, mas são também elas que expressam que o género afeta a experiência da profissão e as mudanças que nela se têm produzido. Encontramos, assim, fraturas na consensualidade dos significados da profissão e das suas mudanças, expondo a maior vulnerabilidade a que as mulheres jornalistas estarão expostas.

Só uma melhor compreensão destes processos nos pode ajudar a traçar estratégias de mudança que promovam a igualdade de género: mudança que, no jornalismo, parece ser a mais lenta de todas as que têm marcado a profissão. Esse é o sentido do nosso trabalho que, embora não permita generalizações, assinala a premência da investigação neste domínio e oferece pistas para compreender as complexidades de uma profissão em mudança.

Referências bibliográficas

- Bromley, Michael (1997), «The end of journalism? Changes in workplace practices in the press and broadcasting in the 1990s», in Michael Bromley & O'Malley Tom (eds.), *A Journalism Reader*, London, Routledge, 330-350.
- Byerly, Carolyn M. (ed.) (2013), *The Palgrave International Handbook of Women and Journalism*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Chambers, Deborah; Linda Steiner; Fleming, Carole (2004), *Women and Journalism*, London and New York, Routledge.
- Correia, João Carlos (2004), *A Teoria da Comunicação de Alfred Schütz*, Lisboa, Livros Horizonte.
- De Bruin, Marjan (2004), «Organizational, professional, and gender identities – Overlapping, coinciding and contradicting realities in Caribbean media practices», in Marjan De Bruin and Karen Ross (eds.), *Gender and Newsroom Cultures: Identities at Work*, Cresskill: Hampton Press, 1-16.
- De Bruin, Marjan; Ross, Karen (eds.) (2004), *Gender and Newsroom Cultures: Identities at Work*, Cresskill, Hampton.
- Deuze, Mark; Fortunati, Leopoldina (2011), «Journalism without Journalists: On the Power Shift from Journalists to Employers and Audiences», in Graham Meikle e Guy Redden (ed.), *News online: transformations and continuities*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 164-177.
- Dickinson, Roger; Matthews, Julian; Saltzis, Kostas (2013), «Studying journalists in changing times: Understanding news work as socially situated practice», *International Communication Gazette* 75(1), 3-18.
- Djerf-Pierre, Monika (2011), «The Difference Engine. Gender Equality, Journalism and the Good Society», *Feminist Media Studies* 11 (1), 43-51.
- Durham, Meenakshi Gigi (2011), «Body Matters», *Feminist Media Studies* 11(1), 53-60.
- Fisher, Linda (2010), «Feminist phenomenological voices», *Continental Philosophy Review* 43 (1), 83-95.
- Gallagher, Margaret (1995), *An Unfinished Story: Gender Patterns in Media Employment*, Paris, Unesco.
- Gallego, Juana (2002), *La Prensa por Dentro: Producción Informativa y Transmisión de Estereotipos de Género*, Barcelona, Libros de la Frontera.
- Hein, Serge F.; Austin, Wendy J. (2001), «Empirical and hermeneutic approaches to phenomenological research in psychology: A comparison», *Psychological Methods* 6(1), 3-17.
- Huberman, Michael; Miles, Matthew B. (eds.) (2002), *The Qualitative Researcher's Companion*, Thousand Oaks, Sage.
- Husserl, Edmund (1982 [1913]), *Ideas Pertaining to a Pure Phenomenology and to a Phenomenological Philosophy. First Book: General Introduction to a Pure Phenomenology*, The Hague, Nijhoff.
- Lengermann, Patricia M.; Niebrugge, Jill (1995), «Intersubjectivity and Domination: A Feminist Investigation of the Sociology of Alfred Schutz», *Sociological Theory* 13(1), 25-36.
- Lobo, Paula; Cabecinhas, Rosa (2010), «The Negotiation of Meanings in the Evening News: Towards an Understanding of Gender Disadvantages in the Access to the Public Debate», *International Communication Gazette* 72(4-5), 339-358.
- Lobo, Paula; Silveirinha, Maria João; Subtil, Filipa; Torres, Marisa (2015), «'In journalism, we are all men': material voices in the production of gender meanings», *Journalism Studies*, 1-19.

- Melin, Margareta (2008), *Gendered Journalism Cultures. Strategies and Tactics in the Fields of Journalism in Britain and Sweden*, Tese de Doutoramento, University of Gothenburg, Suécia.
- Miranda, João (2014), «Notas sobre o papel e a situação da mulher no processo de profissionalização do jornalismo português e no decurso da desregulação», *Revista Media & Jornalismo* 25, 53-64.
- Moustakas, Clark (1994), *Phenomenological Research Methods*, Thousand Oaks, CA, Sage.
- North, Louise (2009a), *The Gendered Newsroom: How Journalists Experience the Changing World of Media*, Cresskill, NJ, Hampton Press.
- North, Louise (2009b), «Gendered experiences of industry change and the effects of neoliberalism», *Journalism Studies* 10(4), 506-521.
- Rebelo, José (2011), *Perfil Sociológico do Jornalista Português*, Lisboa, Gradiva.
- Ross, Karen (2001), «Women at work: Journalism as gendered practice», *Journalism Studies* 2(4), 531-544.
- Ross, Karen; Byerly, Carolyn (eds.) (2004), *Women and Media: International Perspectives*, Oxford, Blackwell.
- Schütz, Alfred (1962), *Collected papers I: The Problem of Social Reality*, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schütz, Alfred (1964), *Collected Papers II: Studies in Social Theory*, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schütz, Alfred (1970), *On phenomenology and social relations: selected writings*, Chicago, University of Chicago Press.
- Sobreira, Rosa (2003), *Os Jornalistas Portugueses: 1933-1974. Uma Profissão em Construção*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Steiner, Linda (1998), «Newsroom accounts of power at work», in Cynthia Carter, Gill Branston, Stuart Allan (eds.), *News, Gender and Power*, London, Routledge, 145-159.
- Subtil, Filipa ([2000] 2009), «Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990», in José Luís Garcia (ed.) *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfozes e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 93-108.
- Tsui, Celia; Lee, Francis (2012), «Trajectories of women journalists' careers in Hong Kong», *Journalism Studies* 13(3), 370-385.
- van Zoonen, Liesbet (1998), «A professional, unreliable, heroic marionette: M/F Structure, agency and subjectivity in contemporary journalism», *European Journal of Cultural Studies* 1(1), 123-143.
- Ventura, Isabel (2012), *As primeiras mulheres repórteres: Portugal nos anos 60 e 70*, Lisboa, Tinta-da-China.

Maria João Silveirinha. Professora Associada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leciona matérias ligadas à Comunicação e ao Jornalismo. Tem investigado em particular as questões de género na sua ligação à Comunicação e tem dirigido diversos projetos de investigação neste mesmo domínio. É autora de vários artigos sobre esta problemática e, entre os seus livros, conta-se *As mulheres e os Media*, publicado pelos Livros Horizonte em 2004.

Rita Basílio de Simões. Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leciona nos cursos de Jornalismo e Comunicação. Entre as suas temáticas de interesse e de investigação encontram-se os *media* na sua articulação

com o género e a justiça criminal, áreas no âmbito das quais tem publicado livros e outras publicações científicas, a exemplo de *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas*, título publicado pela Media XXI, em 2014.

Endereço: Maria João Silveirinha, Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra, Portugal. mjsilveirinha@sapo.pt

Artigo recebido em 24 de novembro de 2015 e aceite para publicação em 27 de abril de 2016.